



cutting through complexity

7º Conseguro:

Rumos e desafios da regulação prudencial no setor de saúde suplementar

Joel Garcia

Setembro de 2015



A **regulação prudencial** é aquela que trata de **solvência** dos regulados, procurando garantir a capacidade de cumprimento dos compromissos futuros. (*Financial Regulation: Why, How and Where Now?*, GOODHART, Charles A. E., 1998)

Conceito dos Três Pilares

Pilar 1:

REQUISITOS MÍNIMOS DE CAPITAL

Foco em requisitos quantitativos, definindo uma quantidade mínima de capital

- Modelo regulatório / padronizado
- Modelos próprios / internos

Pilar 2:

REQUISITOS DE GOVERNANÇA E ADICIONAIS DE CAPITAL

Foco em requisitos qualitativos, principalmente nos processos internos de gestão de riscos.

Trata também de requisitos adicionais de capital não capturados no Pilar 1.

- Governança Corporativa e de Riscos
- ORSA: Own Risk and Solvency Assessment
- Gestão de capital

Pilar 3:

DISCLOSURE

- Divulgação de informações quantitativas e qualitativas para o supervisor, investidores, clientes e demais stakeholders.



Mercado Bancário (Banco Central)	Mercado Segurador (Susep)	Saúde Suplementar (ANS)
<ul style="list-style-type: none"> • Brasil é referência mundial no campo da regulação prudencial deste setor; • Basiléia 3 em vigor (versão 1 de 1988 e 2 de 2001); • 3 pilares: (i) capital de risco; (ii) gestão dos riscos; (iii) divulgação de informações; • Possibilidade de utilização de modelos próprios de risco, com normas específicas já divulgadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • A normatização dos requisitos de capital (pilar 1) foi concluída recentemente (4 parcelas de risco); • Minuta em Audiência pública + GT do regulador discutindo os requisitos para normatização do pilar 2 (ORSA); • Há a possibilidade de utilização de modelos próprios de risco, desde que aprovados previamente pela SUSEP. • Não estão sendo discutidas propostas para regulamentar o pilar 3 de divulgação de informações (relatório de riscos); 	<ul style="list-style-type: none"> • Capital mínimo requerido = Margem de Solvência (fórmula padrão sobre prêmios e sinistros) • Instrução Normativa 14/2007 (atualizada pela IN51/2015) estabelece os requisitos para candidatura ao uso de modelos próprios (pilar 1); • Há discussões iniciais acerca dos demais pilares de gestão de riscos e divulgação de informações (ex: minuta de questionário de riscos).
<div>  Nível de Maturidade </div>		

Requerimentos da Instrução Normativa 14/2007 alterada pela IN 51/2015

Suficiência de Capital

- Comprovação da manutenção de Patrimônio Mínimo Ajustado, considerando apenas as deduções estabelecidas na regulamentação específica que define os ajustes por efeitos econômicos no patrimônio da operadora de planos de saúde;

Relatório de Auditoria Independente

- Apresentação de relatório de asseguarção razoável de auditoria independente que assegure a manutenção e a efetividade dos controles internos, a fidedignidade das informações e dados utilizados no modelo próprio baseado nos riscos das Operadoras de Planos de Saúde;
- Após a aprovação do modelo, a Operadora deverá enviar o relatório de asseguarção razoável de auditoria independente semestralmente;

Descrição Metodológica

- Descrição pormenorizada de todos os riscos que serão objeto do modelo próprio baseado nos riscos das Operadoras de Planos de Saúde: (i) risco de crédito, (ii) risco de mercado, (iii) risco legal, (iv) risco de subscrição, (v) risco operacional.
- Descrição detalhada da metodologia, a ser utilizada e dos prazos previstos de implementação do modelo próprio baseado nos riscos das Operadoras de Planos de Saúde;

Teste de Adequação

- Testes de adequação do modelo próprio baseado nos riscos da Operadora de Planos de Saúde contemplando o período mínimo de cinco anos observando os requerimentos mínimos descritos no Anexo da Instrução Normativa 14;
- Após aprovação do modelo, a Operadora deverá enviar anualmente o teste de adequação do modelo próprio;

Qualidade de Dados

- Termo de responsabilidade sobre a fidedignidade e confiabilidade dos dados utilizados no modelo próprio assinado pelo responsável pela unidade interna de gerência de riscos bem como pelos administradores da Operadora

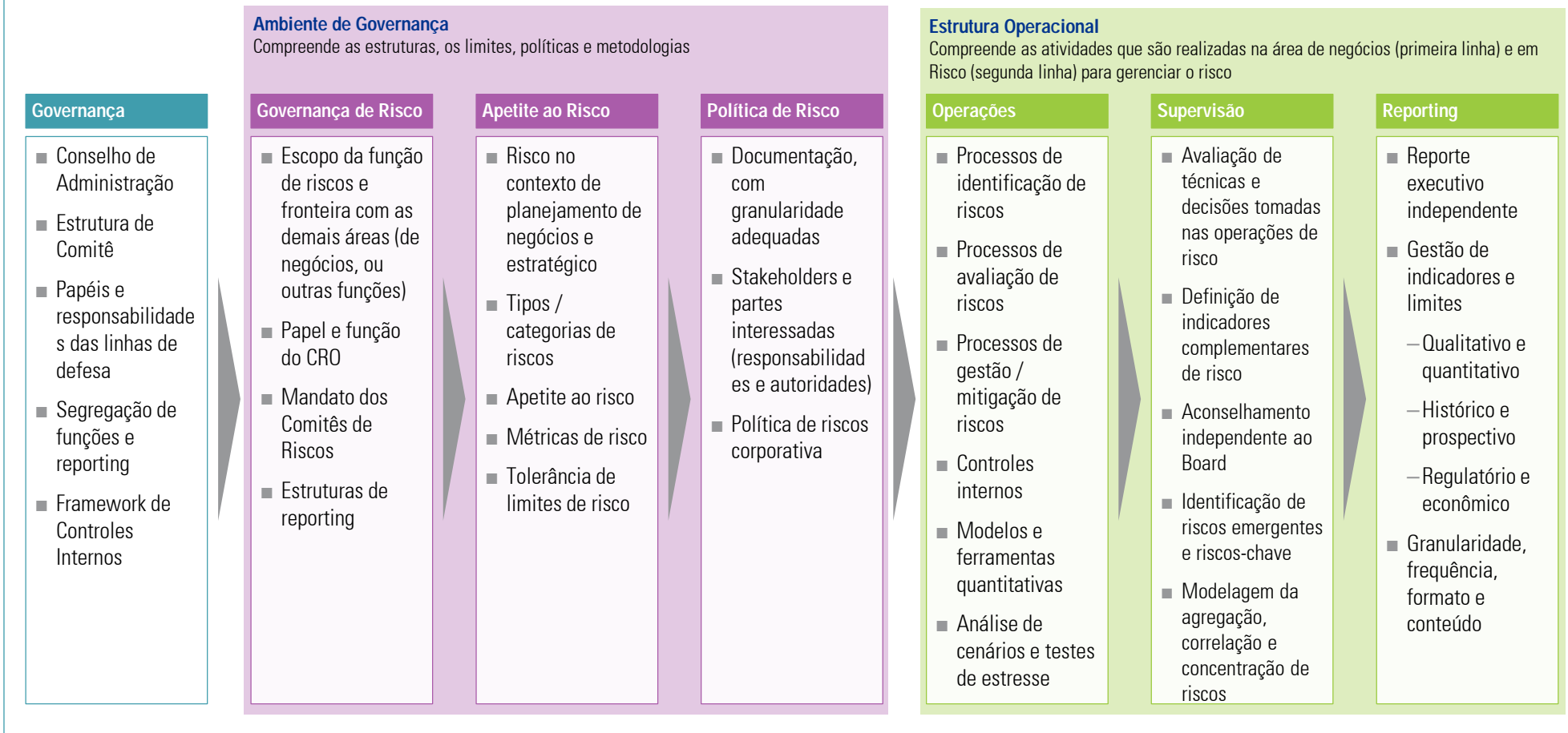
Teste de Uso

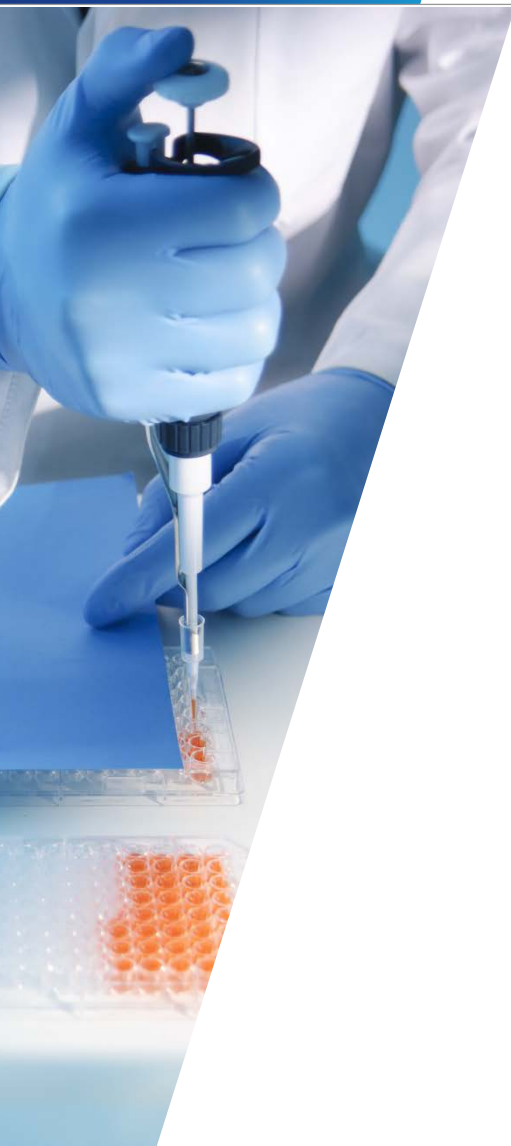
- Relatório incluindo informações relativas à estratégia de gestão de risco e de capital da operadora e como o modelo está incorporado aos procedimentos de governança, à sua estratégia geral de negócios, aos seus procedimentos operacionais e aos seus processos de risco.
- O relatório deverá assegurar a adequação dos sistemas e controles em vigor para a manutenção, alimentação de dados e resultados do modelo.

Qualidade Estatística

- Relatório contendo as conclusões do "Teste de Qualidade Estatística" incluindo a avaliação da metodologia quantitativa básica do modelo próprio, demonstração da adequação da metodologia, da escolha dos dados de entrada e dos parâmetros do modelo e a justificativa das hipóteses que apoiam o modelo.

Estrutura de Elementos do Modelo Operacional





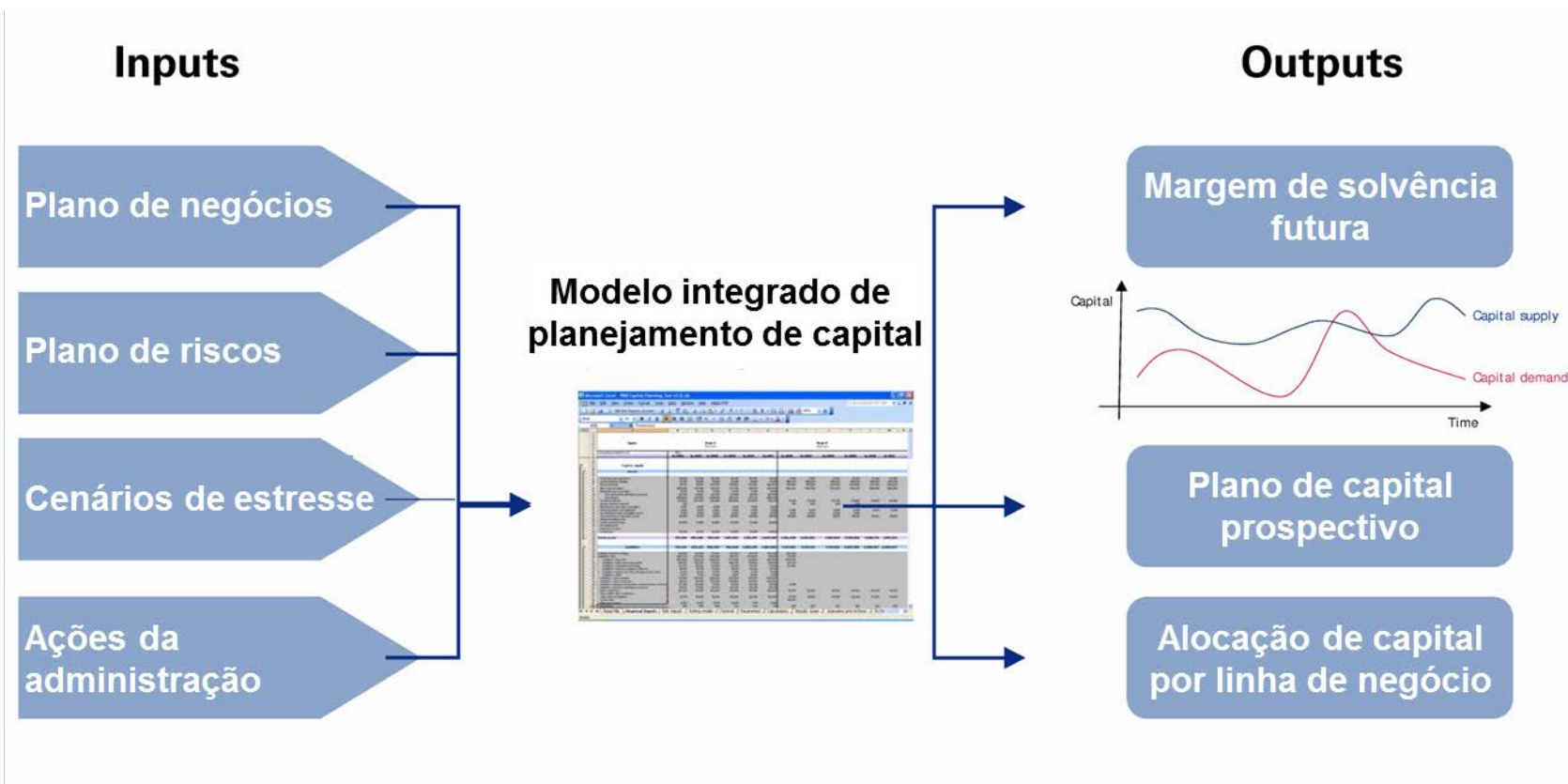
Gestão eficaz do capital

- Conformidade com os requisitos regulamentares
 - Suficiência de capital para suportar o negócio e os riscos assumidos



Gestão eficiente do capital

- Otimização do uso de capital
- Retorno ajustado ao risco
- Alinhamento com a estratégia de negócio
- Apetite ao risco

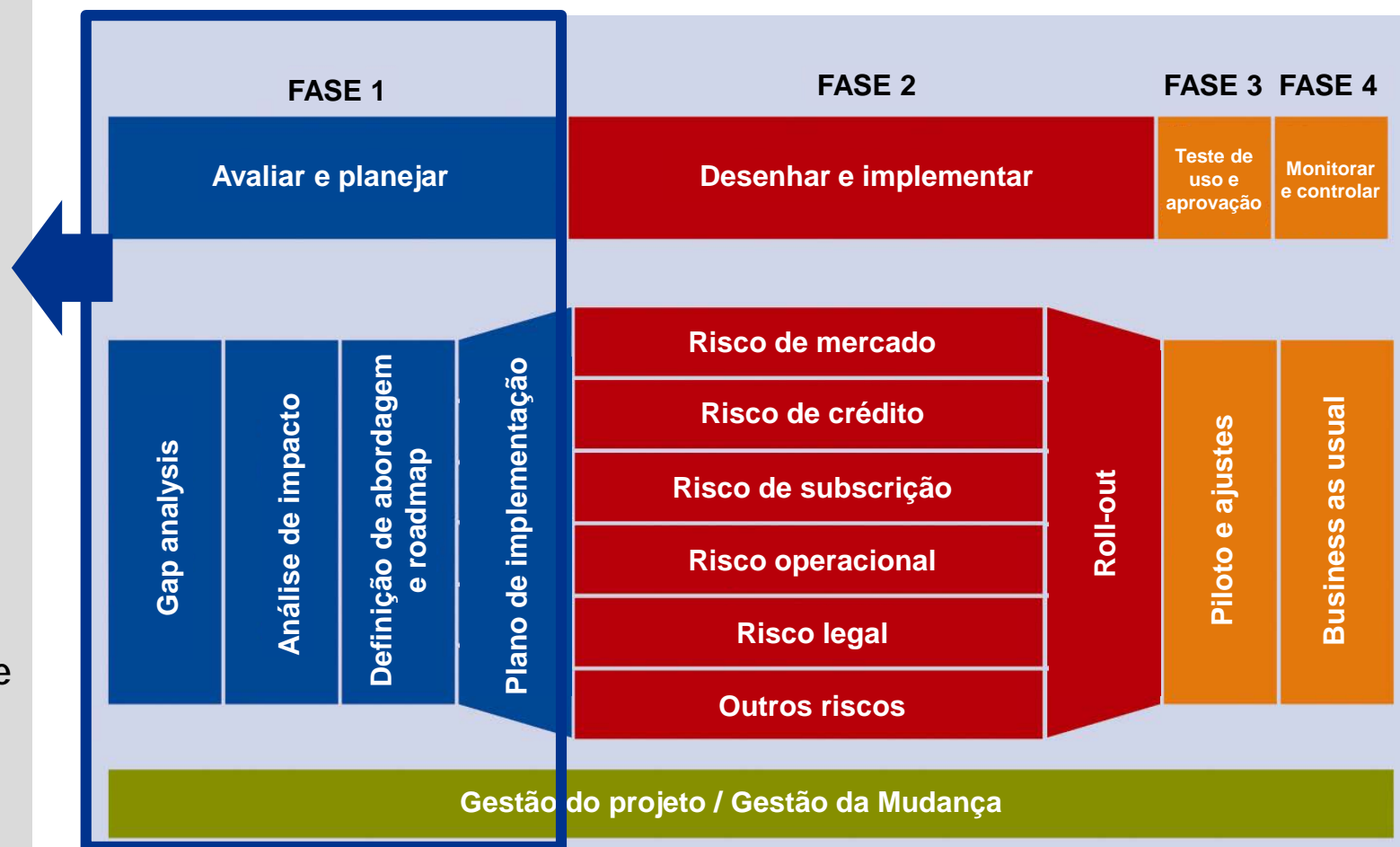


A empresa sabe onde está no que tange ao **compliance** a regulação ou **boas práticas de mercado**?

A empresa sabe onde quer chegar? Qual o nível de sofisticação na gestão de riscos é a ideal para sua **complexidade, tamanho e natureza de operações**?

Primeiro é preciso ter um **entendimento claro e estruturado de onde se está** para ser capaz de **planejar e priorizar** o que precisa ser feito.

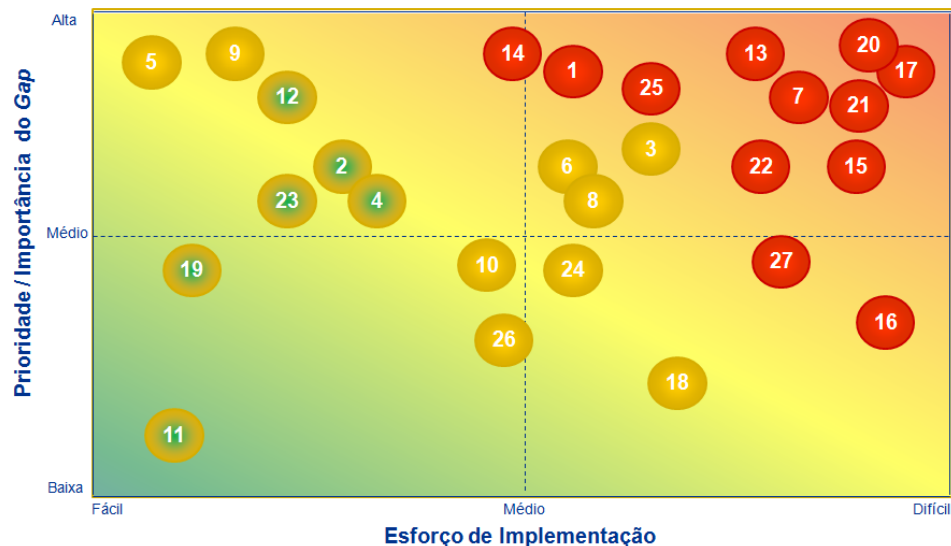
Fase 1 – Análise de gaps e definição de projeto de desenvolvimento / implantação



Fase1 - Gap Analysis

Nesta fase, devem ser estruturados os gaps da Operadora face a regulamentação local e/ou à Diretiva de Solvência II. Os gaps devem ser estruturados e apresentados através de uma proposição de valor (**Diagrama de gap's**), visto a prioridade / importância e esforço de implementação. **Todos os gaps devem ser detalhados**, incluindo a definição do gap, exemplos práticos, requerimentos de Solvência II (ou regulamentação local), recomendação e plano de ação.

Proposição de criação de valor – diagrama de gap's



Descrição detalhada do gap's e recomendações

Prioridade	Título do Gap & Requerimento	
XXXX	<ul style="list-style-type: none"> Definição do Gap: Inexistência de procedimentos, métodos e responsáveis pela realização do ORSA 	
Esforço		
XXXX	<ul style="list-style-type: none"> Exemplos Práticos: <ul style="list-style-type: none"> Não há um procedimento periódico para de avaliar todos os riscos inerentes à Cia, determinando suas necessidades de capital. Não identificamos processos robustos para avaliar, controlar e medir os riscos e as necessidades corporativas de solvência, também garantindo que o resultado do ORSA seja incorporado no processo decisório da empresa. A realização do ORSA, se faz importante, por exigir que sejam identificados (e mensurados) riscos que não são capturados no Pilar 1, como os riscos de liquidez, de imagem e de estratégia. O Own Risk and Solvency Assessment (ORSA) compõe o Pilar 2 da estrutura de Solvência II. Atualmente, por não ser requerido no Brasil, não foram identificados esforços dentro da Cia para a realização desta avaliação. 	
Dimensão		
Governança e Organização		
Estratégia e Apetite ao Risco		
Monitoramento e Gestão		
Relatório de Informação de Gestão		
Medidas Quantitativas		
Modelos e Validação		
Requisitos de Capital		
Use test		
ORSA		
Divulgação		
Terceirização		
Resseguro		
Sistemas e Dados		
Políticas, Normas e Definições		
Controle Interno		
Recomendação	Plano de Implementação	
<ul style="list-style-type: none"> É importante considerar que o ORSA: (a) deve ser prospectivo, realizando uma análise dos principais riscos no horizonte do planejamento estratégico (de 3 a 5 anos); (b) deve considerar riscos adicionais ao do Pilar 1, como o de reputação, estratégico, e de concentração; (c) avaliar o grau de aderência da exposição ao risco quando comparado com o apetite ao risco; (d) projeções financeiras de solvência, determinando o capital necessário para suportar o planejamento financeiro (risco orçado vs. capital orçado). Recomendamos que seja desenvolvido um projeto de elaboração do primeiro relatório de ORSA. Este projeto deve ser liderado pela função de Gestão de Riscos, em conjunto com a área de Planejamento e Controle Financeiro e Planejamento Estratégico. Com a conclusão do primeiro relatório, sugerimos que a Cia utilize a experiência adquirida para definir melhorias e trabalhar na formalização dos procedimentos e métodos utilizados. 	<ul style="list-style-type: none"> XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 	
	Responsável: XXXXXXXX Duração: XXXXX meses Prazo: XXXXXX	

Quadros Ilustrativos

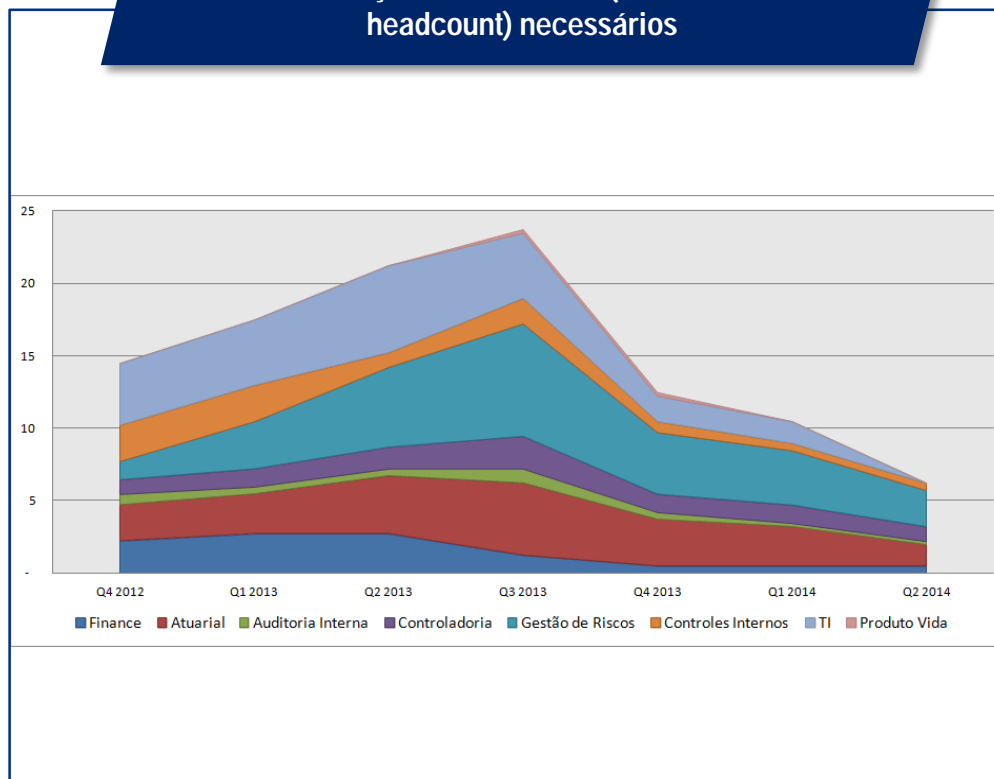
Fase1 – Plano de implementação

A estruturação do programa permite às Companhias planejar os recursos necessários para a fase de implementação e constituição do baseline do projeto de desenvolvimento / implantação.

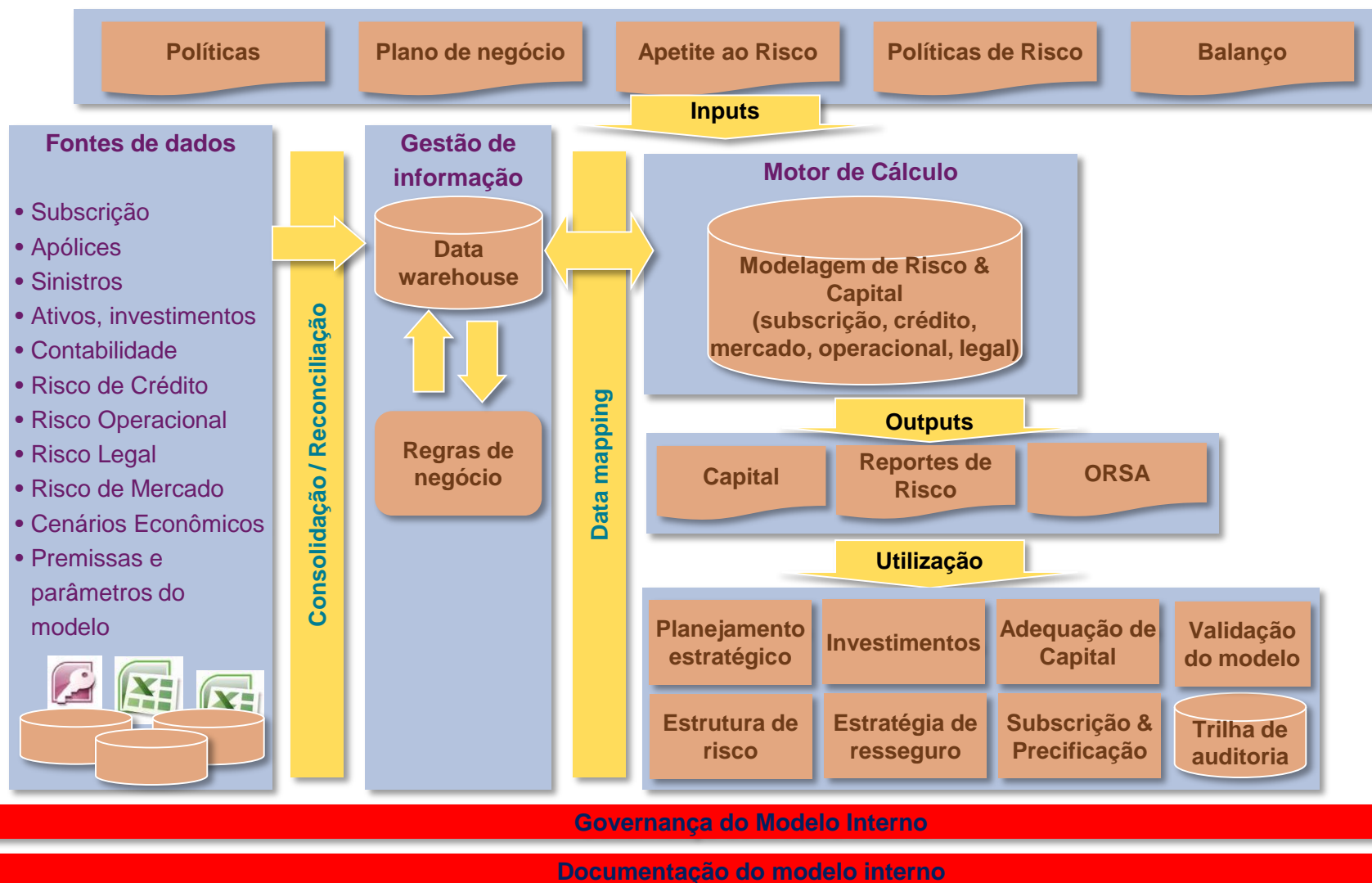
Plano de implementação detalhado



Mensuração dos Recursos (financeiros e headcount) necessários



Quadros Ilustrativos



Recursos necessários para desenvolvimento, implantação e manutenção dos processos, métodos, controles e políticas exigidas pela regulação?

- Recursos humanos;
- Tecnologia (sistemas operacionais, bases de dados e ferramentas de modelagem);
- Comitês / grupos de trabalho;
- Políticas;
- Relatórios e informações gerenciais;
- Testes de estresse;
- Plano de contingência / resposta.
- **GESTÃO DA MUDANÇA.**

Os modelos internos devem ser capazes de **estimar os resultados futuros da Operadora** e avaliar a probabilidade de manutenção do Patrimônio Mínimo Ajustado a partir dos riscos aos quais a Operadora está exposta.

Risco de subscrição [1]

- Risco de erro nas provisões técnicas:
 - ✓ Qualidade dos dados;
 - ✓ Dados incompletos;
 - ✓ Eventos de alto custo;
 - ✓ Padrões desconhecidos;
 - ✓ Pressão por melhores resultados;

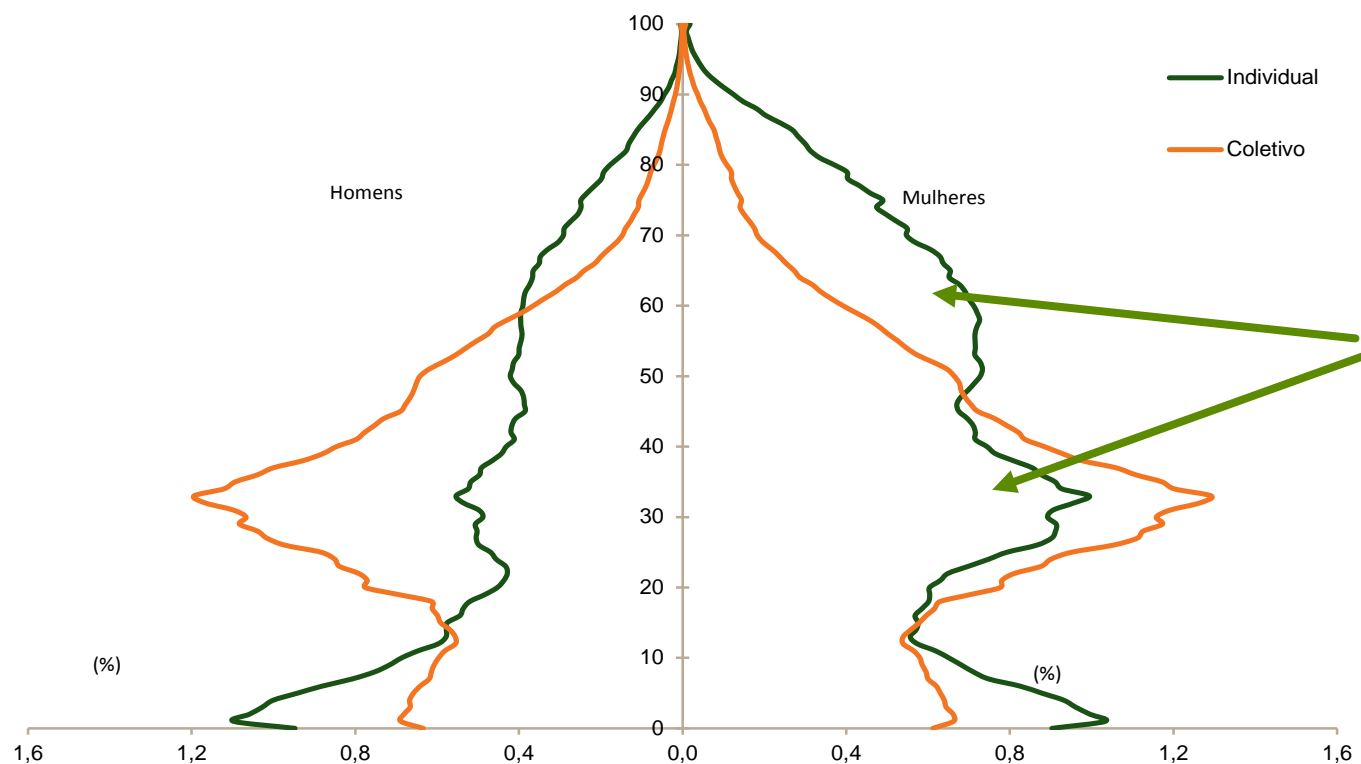


Risco de subscrição [2]

- Risco de erro no dimensionamento do preços:
 - ✓ Nem todos os fatores reais de risco não podem ser considerados diretamente nos preços;
 - ✓ Modelagem de eventos de alto custo e casos crônicos;
 - ✓ Modelagem do VCMH;
 - ✓ Práticas comerciais;
 - ✓ Qualidade, tempestividade e disponibilidade das bases de dados;

Risco de subscrição [2] (cont)

- Risco de erro no dimensionamento do preços:
- ✓ Planos individuais não podem ser cancelados pela Operadora (são vitalícios?)



- Gráfico da pirâmide etária de beneficiários de planos de assistência médica, por tipo de contratação - junho/2015
- Podemos perceber claramente a distorção da exposição etária nos planos individuais;

Fonte: SIB/ANS/MS - 06/2015 e População - Censo Demográfico/IBGE/2010

Risco de crédito:

- Exposições decorrentes de resseguros ou investimentos em ativos financeiros: como modelar a probabilidade de inadimplência para históricos com poucas ocorrências de default (low default portfolio);
- Quais metodologias utilizar para monitorar o poder preditivo dos meus modelos de risco de crédito?
- Como levar em conta os valores que consigo recuperar após meus esforços de cobrança (amigável ou judicial)?
- Onde buscar e como organizar os dados necessários para modelagem do risco? (informações cadastrais + financeiras/contábeis + transacionais)

Risco de mercado:

- Qual o horizonte de tempo para estimar o risco de mercado? (1 ano, 1 mês ou 10 dias?)
- Estimar o risco através de quais metodologias? VaR Delta-normal, histórico ou monte-carlo?
- Metodologia para modelagem das curvas de juros
- Fluxo de obrigações dos contratos com os beneficiários de planos individuais;

Risco Operacional:

- ✓ Abusos de utilização;
- ✓ Como implementar uma BPDO?
- ✓ Como atender a IN14 se não existem bases históricas de perdas operacionais?
- ✓ Necessidade de mudança de cultura e engajamento de todos;

Risco Legal:

- ✓ Estatuto do Idoso;
- ✓ Limitação de variação de preços entre faixas etárias;
- ✓ Rol de procedimentos;
- ✓ Reajuste controlado para planos individuais e para planos coletivos até 29 vidas (RN 309 – Pool de Risco);
- ✓ Judicialização da saúde (apelo em relação a vida humana);

Outros Riscos

- ✓ Risco de Liquidez;

Muito obrigado!

Contatos

+55 11 3940-6298
joelgarcia@kpmg.com.br



cutting through complexity

Joel Garcia

Sócio

MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services

+55 11 3940-6298

joelgarcia@kpmg.com.br

EXIT

23

